

Análise da minuta de proposta da pró-reitoria de graduação referente à política de inclusão na USP

Análise preliminar feita pelo GT Educação e pela Diretoria da Adusp

A pró-reitora de graduação da USP, professora Telma Maria Tenório Zorn, divulgou em 22/5/2013 o documento intitulado “Proposta de plano institucional da Universidade de São Paulo para o recrutamento de estudantes capacitados e participantes dos grupos sociais previstos no regime de metas do PIMESP”. Segundo o documento, a “Pró-Reitora de Graduação e sua equipe de assessores procuraram construir uma minuta de Plano Institucional da USP considerando as sugestões emanadas das Unidades da USP”, sendo que suas direções centrais foram apresentadas ao Conselho de Graduação (CoG) em 16/5, “tendo sido, no geral, bem recebidas”.

I – O contexto educacional

Antes de analisar a proposta, é necessário examinar o problema que ela pretende enfrentar: o fato de que a USP recebe uma fração muito pequena de estudantes egressos do ensino público e de pretos, pardos e indígenas (PPI).

A educação básica pública oferecida pelos municípios e pelo governo do Estado de São Paulo está completamente falida, fato este que, em maior ou menor extensão, também ocorre nos demais estados. A cada ano formam-se no ensino médio paulista cerca de 450 mil estudantes. Considerando a distribuição etária da população, deveríamos formar, a cada ano, mais do que 700 mil jovens, caso esse nível educacional fosse garantido para a totalidade da população. Conclui-se, portanto, que um terço dos jovens paulistas é excluído do sistema educacional antes do final do ensino médio, uma taxa de abandono dos estudos incompatível com a realidade objetiva do Estado (renda *per capita*, perfil de inserção da população na produção econômica, taxa de urbanização, inexistência de diferenças religiosas, unicidade da língua falada pela população etc.), sugerindo que essa exclusão não é uma falha do sistema, mas parte integrante e programada dele.

Como mostram os resultados de vestibulares e testes padronizados aplicados aos estudantes, aqueles que concluem o ensino médio em estabelecimentos estaduais (o que inclui mais de 80% dos concluintes e praticamente a totalidade destes em estabelecimentos públicos) apresentam desempenho significativamente abaixo dos que concluem os estudos em instituições privadas¹, indicando um grave problema no sistema educacional paulista.

É importante registrar que a falência da educação pública estadual é constatada na própria proposta do “Programa de Inclusão com Mérito” (PIMESP) apresentada pelo governo estadual (por exemplo, ao propor um *college*, cuja intenção declarada – mas inadequada – seria preparar os estudantes para o ensino superior, reconhecendo que suas escolas não o fazem) e reiterada por várias manifestações de unidades da USP e pela

¹ A solução para isso não é privatizar a educação: o principal problema é a falta de recursos públicos, pois vários dados mostram que o setor público oferece o mesmo tipo de atendimento com menor custo e, como corolário, com os mesmos recursos que o setor privado, o setor público oferece educação de melhor qualidade.

pró-reitora ao proporem a criação de um *cursinho* pré-vestibular. (Embora devamos lembrar que um número expressivo de unidades, de acordo com o documento em análise, tenha denunciado a má qualidade da educação básica e reivindicado que o governo estadual a melhore). Assim, ocorre uma situação estranha: governo e universidades concordam que a educação básica pública é bastante precária, contudo, não atuam na direção de corrigir o problema, mas apenas na de encontrar uma forma de com ele conviver ou de contorná-lo.

O PIMESP e a proposta da pró-reitoria parecem atribuir as dificuldades escolares dos estudantes a problemas econômicos, tanto pelas expressões que usam como pelas propostas de auxílios financeiros e bolsas que fazem. Não é o caso de negar a existência de problemas econômicos, que, por causa da péssima distribuição de renda no país, fazem com que uma renda familiar *per capita* de R\$ 1.000 em 2012 já fosse suficiente para alguém fazer parte do grupo dos 20% “mais ricos”². Mas é necessário lembrar que a ampla maioria dos concluintes do ensino médio na rede estadual faz parte da metade “mais favorecida” da população, pois grande parte da metade menos favorecida foi excluída anteriormente do sistema educacional. Ou seja, o grave problema educacional brasileiro pode ser em parte atribuído à péssima distribuição de renda do país, mas não está só restrito aos contingentes mais pobres, mas penetra intensamente naqueles contingentes que estão entre os grupos mais favorecidos. Um sistema escolar e educacional deve funcionar para *estudantes reais* e não somente para aqueles que o governo estadual ou a universidade gostariam que existissem: se os estudantes não são bem sucedidos, apresentam desempenho ruim, são reprovados seguidamente, abandonam a escola etc. não é porque são pobres, mas porque o sistema não está funcionando de forma adequada para os indivíduos reais, mesmo que façam parte da metade menos desfavorecida da população. E não se trata de argumentação contrária à adoção de mecanismos de gratuidade ativa, que devem existir mesmo para os contingentes “mais favorecidos”, dada a péssima distribuição de renda no país; o que se pretende é deixar claro que o insucesso escolar não está relacionado (apenas) a dificuldades econômicas, mas, sim, à incapacidade de o sistema escolar atender de fato a população.

Finalmente, as propostas do PIMESP e da pró-reitoria de graduação da USP atingiriam cerca de 4 mil jovens a cada ano, quando totalmente implementadas, caso fossem aplicadas integralmente às três universidades estaduais paulistas. Esse número corresponde a 1% dos concluintes do ensino médio público (praticamente estadual em sua totalidade); se programas equivalentes incluíssem as instituições federais, eles não chegariam a atingir 1,5% dos concluintes. Isso se deve à enorme privatização do ensino superior no estado de São Paulo: em 2011, as vagas de ingresso nas três universidades estaduais, nas duas faculdades estaduais isoladas de medicina e nas instituições federais de ensino superior correspondiam apenas a 3% das vagas de ingresso em cursos superiores no estado. Esses números indicam que ações afirmativas como as propostas aqui citadas sequer arranham a superfície do problema criado pela privatização do ensino superior.

² Em São Paulo, o valor seria da ordem de R\$ 1.400 segundo o documento “Perguntas e Respostas sobre a Definição da Classe Média”, divulgado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo federal (Brasília/DF, 3/10/2012).

II – O documento da pró-reitoria de graduação

Na minuta de proposta da pró-reitoria afirma-se que “diante da dimensão de sua graduação, em relação à das duas outras Universidade Públicas do Estado de São Paulo, a concretização dos objetivos do Plano Institucional da USP, em busca de atingir as metas propostas pelo PIMESP, somente poderá ser alcançada de modo responsável, em 2018” (p. 1). Contudo, não é apresentada nenhuma justificativa para as duas afirmações. Por que a dimensão de uma universidade seria relevante para a adoção ou não de cotas ou de outros programas de ações afirmativas? As dificuldades na adoção de cotas nas universidades federais não parecem ter relação com seus tamanhos. Não há, também, nenhuma explicação para que o prazo deva ser 2018. Caso seja uma questão de inexistência de alojamento estudantil, por exemplo, há várias soluções transitórias facilmente administráveis.

A seguir, o documento resume as manifestações das unidades quanto ao PIMESP. Vale observar que 31 (das 42) unidades se manifestaram contra a instituição do *college*, o maior número de manifestações em comum. Essa ampla discordância quanto ao *college* talvez corrobore a ágil argumentação da Adusp de que ele pode ser apenas uma tentativa de introduzir o ensino à distância (EàD), além do que seu currículo muito provavelmente não formaria um estudante para o ensino superior nem recuperaria suas deficiências anteriores.

Uma outra manifestação comum a 29 unidades foi quanto à manutenção e aperfeiçoamento do Programa de Inclusão Social da USP (INCLUSP) e do Programa de Avaliação Seriada da USP (PASUSP), ambos voltados a estudantes das redes públicas (municipais, estadual e federal) de educação. A proposta apresentada pela pró-reitoria vai ao encontro dessas manifestações.

As demais manifestações comuns ocorreram em 2 a 7 unidades. Há uma espécie de *empate técnico*, tanto entre as unidades que são contrárias (5) ou favoráveis (3) ao PIMESP, como as que se manifestam contra (7) ou a favor (4) da adoção de cotas raciais. Nove unidades manifestaram-se no sentido de haver maior discussão (7) ou de criar comissões para organizar discussões (2).

O documento apresenta uma série de sugestões gerais emanadas das unidades, entre elas a utilização do Saesp / Enem (embora não seja explicitado, presume-se que tal uso se refira aos processos seletivos da universidade) e a ampliar os locais onde os estudantes podem submeter-se ao vestibular (provavelmente para aproximá-los dos locais onde estes se encontram). Há, ainda, sugestões como a de fortalecer o programa de bolsas para alunos carentes e a de divulgar melhor o INCLUSP. Além disso, o documento cita que “algumas das sugestões (e.g. Olimpíadas e Gincanas) carecem de criação de procedimentos para a sua efetiva operacionalização”, mas não são mencionados os argumentos eventualmente apresentados pelas unidades para justificar essas propostas.

III – As propostas da pró-reitoria

O item 5 do documento apresenta as propostas da pró-reitoria de graduação para o “Plano Institucional da USP”, declarando ter como objetivo ampliar o número de ingressantes na USP provenientes de escolas públicas. Essas propostas incluem a extensão de programas já existentes na universidade (INCLUSP e PASUSP) e o aperfeiçoamento do Programa Embaixadores.

Aumento da bonificação

O documento da pró-reitoria propõe a ampliação de locais de realização das provas da FUVEST, a criação de um *cursinho preparatório* para o vestibular e a inclusão do critério étnico (PPI) na concessão de bônus nos sistemas INCLUSP (o PASUSP é apenas para estudantes que fizeram os ensinos fundamental e médio em estabelecimentos públicos, enquanto o INCLUSP exige apenas o ensino médio em instituições públicas).

A principal alteração nos sistemas INCLUSP e PASUSP é o aumento das bonificações já existentes. Elas passariam de um máximo de 8% no caso do INCLUSP, para 15%, e de 15% para 20%, no caso do PASUSP.

Embaixadores

Há, ainda, uma proposta de ampliar o número de *embaixadores* da USP (pessoas que divulgam a universidade nas escolas públicas), incluindo em especial estudantes, além de docentes e funcionários dos setores acadêmicos.

Cotas étnicas

Não haverá, pela proposta, cotas étnicas no sistema INCLUSP / PASUP. Entretanto, no caso específico do INCLUSP, há uma bonificação adicional de 5% para os estudantes que se classifiquem na condição de pretos, pardos e indígenas (PPI), “dependendo do desempenho na 1ª fase da FUVEST”.

Cursinho pré-vestibular

Entre as propostas apresentadas pela pró-reitoria, está a criação de um curso preparatório para o vestibular para estudantes da rede pública que o tenham prestado, sem sucesso, no ano anterior. Esse *cursinho* teria 1.000 vagas anuais, 30 delas para alunos da Escola de Aplicação da USP. Essas vagas seriam distribuídas equitativamente entre as três grandes áreas de conhecimento (biológicas, exatas e humanas), reservando-se 35% delas ao grupo PPI. Cada estudante receberia uma bolsa de R\$ 300 por mês.

Vestibular

A única alteração proposta no texto para o vestibular refere-se ao aumento dos locais em que as provas da FUVEST seriam aplicadas. A justificativa para isso é, segundo o documento, o fato de o motivo mais frequentemente apresentado para o não comparecimento ao local ser o custo financeiro do deslocamento.

Prêmio

Há uma proposta de criar um prêmio, na forma de um diploma de reconhecimento, a ser oferecido “às escolas públicas que inserirem o maior número de alunos nos cursos da USP”.

IV – Análise preliminar

A proposta da pró-reitoria, segundo o documento, está embasada em considerações apresentadas pelas unidades, e difere do PIMESP em muitos aspectos. Não há cotas pré-definidas. Embora no início da proposta afirme-se que as metas do PIMESP (presume-se que essas metas sejam os percentuais de estudantes ingressantes de escolas públicas e PPI, por turno e por curso) só possam ser alcançadas em 2018, não há, nela, nenhuma previsão de metas similares a essas serem atingidas nem em 2018, nem em qualquer outro prazo. Não há, também, nenhuma referência que distinga cursos e turnos, pois os bônus são genéricos, de forma igual para todos os vestibulandos.

“Garimpagem”

Como a proposta da pró-reitoria não apresenta metas a serem cumpridas, mas apenas a bonificação extra, pode-se supor que o número de ingressantes adicionais de escolas públicas ou PPI venha a ser ainda menor do que o previsto pelo PIMESP, a saber, um incremento – em relação aos egressos de escolas públicas e PPI – pouco superior a dois mil estudantes na USP (mas, mantendo o número atual de ingressantes). Considerando o número de formados a cada ano no ensino público, pode-se considerar a proposta em análise como uma espécie de garimpagem: descobrir entre centenas de milhares de jovens cerca de 0,5% que poderia ser “aproveitada” pela USP.

A título de exemplo, em números redondos isso corresponderia a “aproveitar” nos cursos de medicina das universidades estaduais apenas um a cada cinco ou dez mil concluintes do ensino médio público. Como esses números correspondem, grosso modo, ao total de concluintes de uma cidade entre meio e um milhão de habitantes, a proposta sugere pressupor que o sistema público de educação básica paulista é incapaz de formar um único estudante interessado pela área médica e capaz de enfrentar o curso em cidades como Campinas, ou Santos ou Ribeirão Preto, entre tantas outras.

De qualquer modo, isso ilustra de forma cabal três situações igualmente preocupantes: 1) a que ponto chegou a degradação da educação escolar no estado de São Paulo; 2) a total incapacidade / indisponibilidade da universidade pública de atuar de forma a contribuir para corrigir tal distorção; e 3) o teor paliativo e insuficiente das propostas em pauta, sequer para remediar de fato a situação. Assim, cabe questionar se a escola pública está tão mal que não há mais do que uma pequena fração de estudantes dela egressa ainda “aproveitável”, ou se a universidade pública é tão insignificante, que não consegue responder a nenhuma necessidade da população ou, pior ainda, se não estariam em vigor essas duas hipóteses anteriores...

Pouco pode ser pior que nada?

Uma afirmação razoavelmente freqüente, quando se busca mostrar a insuficiência de um programa público como o apresentado pela pró-reitoria, é a de que “pouco é melhor do que nada”. Essa alegação pode parecer verdadeira, mas as consequências práticas – positivas ou negativas – de um programa insuficiente dependem do contexto em que este ocorre. Se não, vejamos.

Em certas situações, pouco pode ser pior do que nada, quando se dá a impressão de que o problema está sendo resolvido, mas de fato não está. Um exemplo claro disso é o que ocorre com vários programas de ingresso no ensino superior no país. A ampla maioria dos concluintes do ensino médio público apresentam enormes dificuldades, dada a falência decorrente do contínuo descaso para com a educação básica pública. Adicionalmente, não existem instituições públicas de ensino superior que possam lhes prover alguma oportunidade de recuperar eventuais deficiências e se desenvolver plenamente. Assim, esses concluintes estão submetidos a um processo de dupla exclusão – a formação precária e a inexistência de caminhos que possam seguir. Sem resposta a isso, o setor público, no lugar de atuar no sentido de recuperar a educação básica e oferecer a educação superior que o país precisa para seu desenvolvimento, reserva as poucas oportunidades para as elites.

Para que o processo de exclusão não se torne explosivo, o setor público oferece “muitas chances” aos estudantes: há instituições públicas e gratuitas de ensino superior (embora poucas e insuficientes, considerado o tamanho da população); o Sistema de Seleção Unificada (Sisu-MEC) permite que um estudante dispute uma vaga em qualquer parte do território nacional, aumentando suas oportunidades (e tirando as de outros exatamente na mesma quantidade); para os que não conseguem uma instituição pública, há o programa Fundo de Financiamento Estudantil (Fies-MEC, que direciona estudantes para cursos de qualidade duvidável e colabora para o aumento da privatização); para os que não podem pagar, há programas como o ProUni, federal, ou o Bolsa-Universidade, paulista, ligada ao programa Escola da Família (com as mesmas consequências negativas que o Fies). Para os que tiveram o “azar” de frequentar escolas públicas, há cotas nas instituições federais e bônus, na USP, por exemplo; há cotas, também, para grupos étnicos nas federais e bônus adicionais na USP (irrisórios, considerado o tamanho do problema).

Nenhuma dessas ações altera, de forma substantiva, a falta de vagas no ensino superior público de qualidade; elas em nada contribuíram para a melhoria da educação básica; não alteraram, em nada, o processo de dupla exclusão social. Entretanto, todas elas dão a impressão de que alguma coisa está sendo feita, bastando esperar conformado, que, com o tempo, tudo irá melhorar. Se algum estudante, depois das “tantas oportunidades” que recebeu, não teve sucesso, a culpa *é só dele*. Assim, o estudante deixa de ser vítima da exclusão, das escolas precárias, do preconceito e do racismo, da concentração de renda, da exclusão social e – apenas e tão-somente passa a ser o culpado.

A oferta de bônus e o *cursinho* mencionados na minuta de proposta de “Plano Institucional da USP” muito provavelmente vão na mesma direção de transformar vítimas em culpados, conforme tratamos anteriormente.

Mas há o questionamento do EàD...

Há um ponto importante, que devemos considerar como uma vitória: o abandono do *college* e do ensino à distância (EàD) nele embutido. Segundo o documento da pró-reitoria, houve 31 manifestações contrárias àquela modalidade de ensino e nenhuma favorável. Isso não é pouco.

Mãos à obra!

São Paulo, 5 de junho de 2013